

EVOLUÇÃO



6 Anos.

A mesma essência.



Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/2675-2573.rpe.63>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:
Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial (Angola):
Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Com. de Avaliação e Leitura:
Prof. Dr. Adefilson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjango (Angola)

Bibliotecária:
Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:
Prof. Dr. Adefilson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateaneuf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:
T.I Lee Anthony Medrado

Contatos
Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuefrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:
<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 63 (fev. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026. 208 p. : il. color

Bibliografia
Publicação contínua desde 2020.
Bimestral
e-ISSN 2675-2573
Disponível apenas online.
Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>
DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.63

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:

Livro Alternativo
www.livroalternativo.com.br
CNPJ: 28.657.494/0001-09

05 EDITORIAL

Antonio R P Medrado

Isac Chateaufneuf

07 ESPECIAL

12 POIESIS

J. Wilton

ARTIGOS

1. A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E SEUS IMPACTOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Adriana Pereira Santos da Silva 19
2. GARATUJAS E A CONSTRUÇÃO DO DESENHO INFANTIL COMO LINGUAGEM
Adriana Silva de Santana Barros 26
3. MATERIAIS DE LARGO ALCANCE: DO CESTO DE TESOUROS À CONSCIÊNCIA AMBIENTAL
Amanda Zuza dos Anjos 31
4. DAS PÁGINAS AUSENTES AOS FUTUROS POSSÍVEIS: LITERATURA NEGRA, ACERVOS ESCOLARES E A EMERGÊNCIA AFROFUTURISTA COMO PROJETO DE MUNDO
Bianca de Assis Pirahy 41
5. A UNIÃO: O CONCEITO MATEMÁTICO COMO FUNDAMENTO FILOSÓFICO PARA A AGREGAÇÃO SOCIAL HARMÔNICA NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DE SAÚDE DA UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO
Calunda dos Santos Jorge / Júnior Zacarias Miguel Paca 45
6. PERFIL DO CONSUMO DE MEDICAMENTOS EM ESTUDANTES DO CURSO DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - ICISA NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2024
Capuma Ernesto Eduardo / Wilson Valdemar Gomes Anilba 50
7. AS CEM LINGUAGENS DA CRIANÇA: REGGIO EMILIA EM FOCO
Cícera da Silva Ramos 55
8. O BRINCAR COMO EIXO ESTRUTURANTE DO CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Cláudia Reolo da Silva Ferreira 62
9. LETRAMENTO MATEMÁTICO: DESENVOLVENDO A COMPREENSÃO E A APLICAÇÃO COTIDIANA NO ENSINO FUNDAMENTAL
Denise Teixeira Santos Menezes 68
10. CONSEQUÊNCIAS DO ANALFABETISMO CIENTÍFICO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR ANGOLANO. UM ESTUDO REALIZADO NA COMUNIDADE ACADÊMICA DO ISIA E DO IDERO – 2025/2026
Edson da Conceição Graça 76
11. DA GARATUJA À ESCRITA: RELAÇÕES ENTRE DESENHO, LINGUAGEM E ALFABETIZAÇÃO INICIAL
Elizabeth Aparecida Feitosa Lima 83
12. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E TEA
Flávia de Fatima Seraphim Ribeiro 89
13. A IMPORTÂNCIA DA ROTINA ESCOLAR PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
Joice de Andrade Silva 97
14. LIMITAÇÕES DA NOVA GESTÃO PÚBLICA NA REFORMA DO SETOR PÚBLICO ANGOLANO: EVIDÊNCIAS DO SIAC CACUACO
José Manuel dos Santos 103
15. A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Leandro de Almeida Oliveira 108
16. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL NO BERÇÁRIO I: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
Lilian Silvana Minho Zanetta 115
17. PSICOPEDAGOGIA, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DIÁLOGO CONTEMPORÂNEO ENTRE TEORIA E PRÁTICA
Luciane de Jesus Mineiro de Lima 121
18. IMPACTO DA MOTIVAÇÃO NO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL. ESTUDO REALIZADO NO INSTITUTO POLITÉCNICO NO 131-LUBANGO
Lucoque Bernardo 128
19. PREVALÊNCIA DE DEPRESSÃO EM ANGOLA: O CASO DOS RECLUSOS ATENDIDOS NO HOSPITAL PENITENCIÁRIO PSIQUIÁTRICO
Manuel Paulo Chamorro 135
20. ENTRE AUTONOMIA E NORMATIZAÇÃO: METODOLOGIA ELOS – CONSTRUINDO COLETIVOS
Marcelo Cunha 144
21. A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE LETRAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS
Marli Aparecida Rosa 161
22. EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA
Maria de Lourdes Ferreira da Silva 167
23. A INCLUSÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN
Orlaneide Ferreira Santos Diamante 173
24. A EDUCAÇÃO PSICOMOTORA COMO BASE DAS APRENDIZAGENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Paula Dulcídio Rosseto 179
25. O PANINHO DE APEGO COMO PRIMEIRO BRINQUEDO: REFLEXÕES A PARTIR DA PEDAGOGIA MONTESSORI
Renata da Costa Braz 186
26. MOVIMENTO E INFÂNCIA: A IMPORTÂNCIA DA MOTRICIDADE NO COTIDIANO ESCOLAR
Simone Gomes de Macêdo Miranda Ferreira 193
27. TEORIA DE ACEITAÇÃO DA AUTORIDADE NAS ORGANIZAÇÕES ANGOLANA
Ucaca Venâncio António 200

TEORIA DE ACEITAÇÃO DA AUTORIDADE NAS ORGANIZAÇÕES ANGOLANA

Ucaca Venâncio António¹

RESUMO: O referido artigo, tem como tema a “a teoria de aceitação da autoridade nas organizações Angolana”. Tem como principal objetivo conceptualizar principais ideias sobre a teoria da aceitação da autoridade diante das organizações. Quanto à metodologia permitiu qualificar as informações de livros e artigos. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica, por meio da análise de diversas obras literárias e publicações que faz referência ao tema em propósito. Nesta ordem de ideias os resultados desta investigação consubstancia a forma como as autoridades devem pautar diante de um subordinado a quando a execução de tarefas diante do exercício laboral e por conseguinte os subordinados tomarem considerações quando estão numa subordinação para a sua aceitação ou não aceitação em função dos resultados que as organizações esperam para seu desenvolvimento. A teoria contrapõe o conceito comum e natural da autoridade emanada dos superiores hierárquicos ou seja ela não é algo que vem de cima para baixo e sim um processo que será ou não validado por aqueles que a recebem a ordem.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria da Aceitação. Autoridade. Organização.

INTRODUÇÃO

A teoria da aceitação da autoridade nas organizações é uma teoria comportamental da administração, que foi desenvolvida por Barnard nas décadas de 30 e 40 do século XX. A mesma contraria os ensinamentos da Teoria Clássica. A autoridade não repousa no poder de quem a possui, mas sim na aceitação ou consentimento dos subordinados. Deste modo, a autoridade não depende do superior, mas da decisão do subordinado em aceitá-la ou não, isto porque a decisão sobre a autoridade depende de quem recebe a ordem e não de quem a emite. Neste processo, a pessoa obedece, não pela legitimação da autoridade, mas decidindo entre as alternativas de obedecer ou não: se a obediência lhe traz vantagens que deseja obter ou se a desobediência lhe traz desvantagens que deseja evitar. Neste sentido, em

que as pessoas aceitam as ordens e decisões dos superiores sob determinadas condições, a autoridade é vista como um fenómeno psicológico.

Nos anos 30 e 40 do século XX, trouxe a teoria da aceitação da autoridade através do seu precursor Chester Barnard, um importante estudioso e teórico da administração, ela aborda a diferenciação entre dar ordens e esperar obediência, como na teoria clássica. Todavia com o problema acima e tornando mais identificativo surge a seguinte questão de pesquisa

Que importância tem a teoria da aceitação da autoridade para as organizações?

O principal objetivo deste estudo é conceptualizar as principais ideias sobre a teoria da aceitação da autoridade diante das organizações. E como objetivos específicos:

¹ Licenciado em Engenharia Informática pela Universidade Kimpa Vita do Uíge (Angola), Mestre em Gestão de Recursos Humanos nas Organizações pelo Instituto Superior Politécnica de Kanganjo (Angola), Curso de Extensão Universitária em Metodologia de Investigação Científica Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (Angola), Funcionário do INEFOP – Angola, telefone 933818321, Email: ukakavenancio@gmail.com

- Apresentar as principais ideias do autor sobre a teoria.
- Apresentar argumentos teóricos e práticos sobre a teoria da aceitação da autoridade no contexto organizacional angolana.
- Descrever a importância que a teoria trás, diante do contexto organizacional angolana.

O tema justifica-se por ser de uma suma impotência diante das organizações, porque é uma teoria que vem com o intuito de ensinar como a autoridade deve respeitar seus colaboradores, é uma teoria que vê o capital Humano diante de uma organização como ser humano social. Para teoria, de forma a evitar as respostas negativas da parte dos trabalhadores, Bernard propõe a comunicação sistemática, entretanto diante destas e outras suposições digamos que a teoria da autoridade da aceitação se é bem aplicado por parte da autoridade fixará um bom propósito e fins organizativos.

APRESENTAÇÃO DOS CONCEITOS

TEORIA

Segundo (KOCHE, 2011) o termo teoria tem sido empregado de diferentes maneiras para indicar distintas questões. Ao revisar a literatura, para construção de um trabalho científico, encontramos expressões contraditórias e ambíguas: conceitos como ‘teoria’, ‘orientação teórica’, ‘marco teórico’, ‘esquema teórico’, ‘referencial teórico’ são utilizados como sinónimos. Em outras situações o termo teoria serve para indicar uma série de ideias que uma pessoa tem a respeito de algo (eu tenho minha própria teoria para o relacionamento com sujeitos rebeldes). Outra concepção é considerar as teorias como conjuntos de ideias incompreensíveis e não comprováveis, geralmente verbalizadas por professores e cientistas (ele é muito teórico!). Frequentemente as teorias são vistas como algo totalmente desvinculado do cotidiano. São entendidas como ideias que não podem ser verificadas, nem tampouco medidas, evidenciando uma concepção mística para a teoria.

Outro uso do termo é o de se entender teoria como o pensamento de um autor: Teoria de Marx, Teoria de Freud etc. Particularmente nas ciências sociais aplicadas, como a ciência contábil,

estas errôneas interpretações têm provocado controvérsias e também conduzido as investigações científicas por diversos e preocupantes caminhos.

A verdadeira função da teoria, concebida como parte integrante do processo metodológico, é a de ser o instrumento mais poderoso da rutura epistemológica face às pré-noções do senso comum, devido ao estabelecimento de um corpo de enunciados sistemático e autónomo, de uma linguagem com suas regras e sua dinâmica própria que lhes asseguram um carácter de fecundidade. A teoria assim concebida empregado todo o processo concreto da pesquisa, é imanente a toda observação empírica; toda experimentação, no sentido mais amplo de confronto com o real, é uma questão colocada ao objecto real, sobre o qual se baseia a investigação, em função da teoria construída para apreendê-lo (KOCHE, 2011).

A função mais importante de uma teoria é explicarem: dizer-nos por que? Como? Quando? Os fenómenos ocorrem. Outra função da teoria é sistematizar e dar ordem ao conhecimento sobre um fenómeno da realidade. Também, uma função da teoria – associada com a função de explicar – é a da predição. Isto é, fazer inferências sobre o futuro, orientar-nos como se vai manifestar ou ocorrer um fenómeno, dadas certas condições. Todas as teorias oferecem conhecimentos - explicações e predições sobre a realidade - a partir de diferentes perspectivas, portanto algumas se encontram mais desenvolvidas que outras e cumprem melhor suas funções.

Para decidir sobre o valor de uma teoria pode-se, segundo, (SAMPIERI, 2011), leva-nos em consideração sobre a teoria nos seguintes critérios: (1) capacidade de descrição, explicação e predição; (2) consistência lógica; (3) perspectivas; (4) fertilidade lógica e (5) parcimónia.

ACEITAÇÃO

A aceitação é um termo que pode ser definido de diferentes maneiras, dependendo do contexto em que é utilizado. No âmbito psicológico, a aceitação refere-se à capacidade de uma pessoa em reconhecer e lidar com suas emoções, pensamentos e experiências de forma não-julgadora e compassiva. É a habilidade de acolher a si mesmo e aos outros,

sem tentar mudar ou controlar a realidade. No contexto social, a aceitação envolve a inclusão e a tolerância em relação às diferenças individuais, sejam elas relacionadas à raça, religião, orientação sexual, gênero, entre outros aspectos. Trata-se de respeitar e valorizar a diversidade, reconhecendo que cada pessoa é única e tem o direito de ser quem é, sem ser discriminada ou excluída. A "aceitação" é definida como ação de abraçar efetivamente as experiências internas enquanto elas estão ocorrendo. É vista como escolha e envolve uma postura acolhedora para com a experiência que está sendo vivenciada, diminuindo o esforço feito para controlá-la (MONTEIRO, 2015).

AUTORIDADE

Segundo (VICENTE, 2015), a palavra e o conceito da autoridade são de origem romana. Nem a língua grega nem as várias experiências políticas da história grega mostram qualquer conhecimento da autoridade e do tipo de governo que ela implica.

“Autoridade implica uma obediência na qual os homens retêm sua liberdade”, e de qualquer modo que se possa analisar esse conceito, ele nunca surgirá como uma criação grega. O conceito de autoridade como entendido por Arendt, encontra-se diretamente ligado à política romana. A autoridade do Senado romano, por exemplo, de acordo com observações da nossa autora, era sustentada pelos cidadãos que valorizavam as tradições dos seus ancestrais e transmitiam tal reverência aos senadores. O que marca a história política do ocidente é a experiência romana da fundação: Não foram os gregos, e sim os romanos, estavam realmente enraizados ao solo, e a palavra pátria deriva seu pleno significado da história romana. A fundação de um novo organismo político quase um lugar-comum na experiência dos gregos – tornou-se, para os romanos, o central, decisivo e irrepetível princípio de toda a sua história, um acontecimento único.

A palavra autoridade é derivada do verbo *augere*, “aumentar”, e aquilo que a autoridade ou os de posse dela constantemente aumentam é a fundação. Aqueles que eram dotados de autoridade eram os anciãos, o Senado ou os patres, os quais a

obtinham por descendência e transmissão (tradição) daqueles que haviam lançado as fundações de todas as coisas futuras, os antepassados chamados pelos romanos de maiores (VICENTE, 2015).

Direito de dispor de recursos, incluindo as pessoas, de acordo com arbítrio e discernimento pessoal, com o objetivo de realizar um trabalho ou desempenhar um cargo.

Um dos significados da palavra autoridade é poder atribuído a alguém. A autoridade é uma pessoa revestida de poder para liderar, dar ordens, tomar decisões e agir dentro dos limites e dos propósitos estabelecidos por ela (idem, 2015).

TEORIA DA ACEITAÇÃO DA AUTORIDADE

Na perspectiva (MARCONDES, Definição da Teoria da Aceitação da Autoridade de Chester Barnard, 2021, p. 34) A teoria da aceitação da autoridade desenvolvida por Barnard baseia-se na necessária aceitação da autoridade pelo indivíduo ou grupo a quem ela se direciona. Este indivíduo ou grupo passa a ter uma posição mais ativa no processo de exercício de autoridade.

Essa teoria pressupõe que a autoridade somente será efetiva quando aceita pelo seu público-alvo, e não existirá simplesmente por uma determinação formal de posição. Esta aceitação da autoridade está sujeita aos fatores biológicos, psicológicos e sociais do indivíduo, bem como aos seus propósitos pessoais e ao que ele acredita ser o propósito da organização (MARCOS, 2021).

A teoria da aceitação da autoridade é uma teoria comportamental desenvolvida por Chester Barnard, um importante estudioso e teórico da , ela aborda a diferenciação entre dar ordens e esperar obediência, como na teoria clássica. Na da aceitação, a autoridade acontece quando os trabalhadores aceitam, entendem e cumprem a ordem dada.

Em 1937 Chester Barnard recebeu um convite para ministrar oito sessões de aulas sobre as Funções do Executivo em um curso aberto em Harvard. A aceitação de suas ideias foi excepcional, a ponto da editora da universidade solicitar que o conteúdo fosse transformado em um livro “THE FUNCTIONS OF THE EXECUTIVE” (MARCONDES,

Definição da Teoria da Aceitação da Autoridade de Chester Barnard, 2021)

Segundo a Teoria de Barnard, todas as deveriam ser entendidas como sistemas em constante mudança, de carácter cooperativo, com capacidade de construir uma integração entre as contribuições individuais dos seus participantes. A cooperação e a coordenação se constituiriam na base do trabalho do .

Embora a criatividade possa ser compreendida como sendo o resultado natural da cooperação, Barnard afirma que a em uma organização deve direccionar a criatividade para um propósito central. A finalidade é garantir que os objectivos pessoais dos estejam alinhados com os da organização. A cooperação se inicia pela necessidade do indivíduo chegar aos seus objectivos que, isoladamente, ele não teria capacidade de alcançar (idem 2021).

BASES DA TEORIA DA ACEITAÇÃO DA AUTORIDADE

Em seus estudos Barnard tratou a Autoridade com uma ideia diferente dos preceitos das escolas anteriores. Contrapôs o conceito comum e natural da autoridade, emanada dos superiores hierárquicos. Ou seja, ela não é algo que vem de cima para baixo e sim um processo que será ou não validado por aqueles a recebem (MARCONDES, 2021).

Com base em sua longa experiência, Barnard observou que, de maneira geral, as ordens são desobedecidas. Em muitas oportunidades elas não têm efetividade e a desobediência é uma condição comum, corriqueira. Para ele a ideia de autoridade envolve dois aspetos:

- Aspeto Subjetivo: pelo qual a pessoa aceita ou não a como uma ordem.
- Aspeto Objetivo: em que é o conteúdo que faz com que a seja aceita como uma ordem.

“Autoridade é o carácter de uma comunicação (ordem) em uma organização formal: em virtude disso, ela (comunicação) é aceita pelo colaborador ou membro da organização como reguladora de sua atuação como membro da organização.”

A teoria da aceitação da autoridade baseia-se na suposição de que o direito dos executivos de

dar ordens e o poder de se fazerem obedecer não garante que os subordinados se comportem no padrão esperado. A decisão sobre a autoridade de uma determinada ordem é da pessoa a quem é dirigida (subordinado) e não da que a emite (superior). A desobediência a uma ordem constitui a própria negação da autoridade. (MARCONDES, Definição da Teoria da Aceitação da Autoridade de Chester Barnard, 2021).

QUANDO AS ORDENS SÃO ACEITAS

Barnard supõe que os funcionários são quem determinam se uma ordem é legítima, portanto aceitável ou não. De acordo com a teoria desenvolvida, os subordinados só aceitam uma ordem quando quatro circunstâncias ocorrerem ao mesmo tempo:

1. O subordinado pode compreender e compreendem a comunicação (a ordem).
2. O subordinado pode julgar se a ordem é compatível com os propósitos da organização. Ou seja, no momento de decidir aceitá-la o subordinado julga se ela é compatível com a organização.
3. No momento de decidir aceitá-la, o subordinado julga se a ordem é compatível com os seus propósitos e interesses gerais.
4. O subordinado é mental e fisicamente apto para cumprir a ordem.

Barnard enfatizou em sua obra que a legitimidade da autoridade da está na sua habilidade funcional (e não na sua posição na hierarquia) e está na capacidade do executivo persuadir em vez de mandar.

ACEITAÇÃO DA AUTORIDADE

A da grande ênfase à aceitação de normas e ordens pelas pessoas, ao tratar de autoridade. Simon, Smithburg e Thompson reconhecem que há pelo menos duas formas de se encarar a autoridade, isto é, como um fenómeno legal e como um fenómeno psicológico, preferindo adotar a segunda, de acordo com a qual, sob certas circunstâncias, as pessoas aceitam as ordens e as decisões de outras.

Autoridade, portanto, é o carácter da comunicação numa organização formal em virtude do qual ela é aceita como algo que governa a ação de membros da organização. Desse novo conceito de

autoridade decorre a enorme importância das , pois, se elas não forem entendidas, não gerarão autoridade.

Neste contexto, o executivo não deve emitir ordens que não serão ou não poderão ser obedecidas, pois isso destrói a autoridade, a disciplina e o moral da organização.

A coordenação de esforços em uma organização requer um sistema de comunicações. Assim, surge um novo conceito de autoridade baseado na forma de aceitação de normas e ordens de pessoas. O indivíduo obedece não pela legitimação da autoridade mas decidindo entre as alternativas de obedecer ou não: se a desobediência lhe traz desvantagens que ele quer evitar ou se a obediência lhe traz vantagens que ele quer conservar.

A decisão sobre a autoridade de uma determinada ordem é da pessoa a quem é dirigida, e não da que a emite. A “autoridade repousa na aceitação ou no consentimento dos indivíduos”, isto é, só o receptor da ao qual ela é endereçada pode decidir se vai encará-la como uma ordem ou não. A desobediência a uma ordem constitui a própria negação da autoridade.

O EXECUTIVO E A TEORIA DA ACEITAÇÃO DA AUTORIDADE

Segundo Drucker, executivos são todos aqueles trabalhadores de conhecimento, gerentes ou profissionais que, em virtude de sua posição ou de seu conhecimento, devem tomar decisões no curso normal de seu trabalho que influam no desempenho e nos resultados da empresa como um todo. É a função de quem executa algo nas áreas administrativas e de grande responsabilidade.

A nível empresarial, executivo é o profissional que exerce cargo de liderança. Ou seja, ele dirige uma empresa, fazendo cumprir as diretrizes desta, e promovendo os desenvolvimentos sociais, financeiros e económicos. É uma pessoa que tem cargo de chefia, e tem como objetivo o lucro, contratação de empregados, e modernização empresarial.

Além da tarefa tradicional de planejar, organizar, liderar e controlar, os executivos estão diante de um novo desafio: o de desenvolver sua

eficiência como planejadores sociais. É justamente essa falta de planejamento social que se constitui na origem de grande parte da ineficiência de nossas organizações, e os descumprimentos de ordens. Em lugar de dirigir, no sentido real da palavra, muitos executivos apenas forçam, toleram, criticam ou comparam os esforços de seus subordinados.

De acordo com Barnard, a administração pode ser definida como um processo pelo qual se criam oportunidades, removem-se obstáculos, liberta-se o potencial do indivíduo, motiva-se o desenvolvimento e durante o qual a organização age como um guia mentor. Trata-se mais de administração por meio de resultados do que de administração por meio de controle. Assim, a função básica do executivo é a de manter um sistema de esforços cooperativos.

FUNÇÕES DO EXECUTIVO

Como a cooperação é essencial para a sobrevivência da organização, administrar consiste na capacidade de tomar decisões que emprestem qualidade e moralidade à coordenação da atividade organizada. Dessa função básica do executivo, “manter um sistema de esforços cooperativos”, Barnard destaca três subfunções muito importantes:

- 1. Criar e manter sistemas de comunicações eficientes:** A coordenação dos esforços individuais em um sistema cooperativo requer necessariamente um sistema de comunicação, em cujos pontos de interconexão se encontram os executivos. A função do executivo é a de promover a ação e a manutenção de sistemas de comunicação, isto é, de servir como canal de comunicação.
- 2. Assegurar os serviços fundamentais à organização cumpridos pelas pessoas:** Essa função do executivo consiste em garantir a prestação dos serviços essenciais para cada indivíduo na organização, trazendo-os para a relação cooperativa por meio de um bom recrutamento, supervisão e controle da manutenção do moral, da fixação de incentivos, educação, treinamento, enfim, tudo o que caracteriza a chamada gestão de pessoa.
- 3. Formular objetivos, propósitos e fins da organização e do trabalho a ser feito:** Da fixação dos propósitos gerais do esforço cooperativo formal é que surgirão objetivos específicos e ordenados no tempo e em sequência lógica, os quais irão levar a ações

detalhadas que, unidas, deverão levar outra vez ao propósito geral da organização.

MOTIVOS PELOS QUAIS AS PESSOAS ACEITAM ORDENS

Segundo (MARCONDES, Definição da Teoria da Aceitação da Autoridade de Chester Barnard, 2021), os motivos pelos quais as pessoas aceitam ordens e decisões em relação as autoridade são:

a) Autoridade por confiança

Muitas vezes as pessoas aceitam as soletrações daqueles em quem depositam grande confiança, em função de sua atuação anterior, de sua reputação geral e de outros fatores pessoais. Assim, um gerente pode assinar uma ordem de compra de equipamento, preparada por sua secretária, sem examiná-la, por ter confiança na capacidade dela tomar decisões nesse campo.

b) Autoridade por identificação

As pessoas tendem a admitir mais prontamente a autoridade advinda de uma pessoa ou grupo de pessoas com quem se sintam identificadas profissionalmente, socialmente, ou de outra forma qualquer. Por esta razão, uma pessoa pertencente a dois grupos diferentes, converte-se frequentemente em importante meio de e de influência entre ambos.

c) Autoridade por sanções

As pessoas podem obedecer em função de recompensas ou por medo de punições. Muitas vezes, porém, certas circunstâncias da organização impedem a utilização de determinadas sanções.

Uma pessoa pode ter a seu cargo um número de tarefas para o desempenho das quais depende de empregados de outra unidade, aos quais não pode aplicar nenhuma sanção eficaz, tomando-se necessário recorrer a outras fontes de autoridade.

Vale lembrar que punições também podem partir dos subordinados, agindo como um instrumento de não-aceitação de uma ordem ou decisão. Greves, atrasos propositais, retardamento deliberado do serviço, são exemplos desse tipo de reação.

d) Autoridade por legitimação

Muitas vezes as pessoas obedecem porque sentem que devem fazê-lo, em função de se sentirem

obrigadas a seguir as regra do jogo. Tal atitude, baseada em condicionamento social, é a mais comum entre os subordinados e seus superiores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria da aceitação da autoridade baseia-se na suposição de que o direito dos executivos de dar ordens e o poder de se fazerem obedecer não garante que os subordinados se comportem no padrão esperado. A autoridade caracteriza-se a comunicação eficaz quando o comando oriundo de um superior é finalmente obedecido.

No contexto do executivo, o executivo não deve emitir ordens que não serão ou não poderão ser obedecidas, pois isso destrói a autoridade, a disciplina e o moral da organização. A desobediência a uma ordem constitui a própria negação da autoridade.

No ponto de vista lato sugerimos que as organizações, implementem sempre a teoria quando necessário autoridade dentro das organizações, assim, é fundamental e particularmente, útil no trabalho com as chefias; que haja aceitação da autoridade dos subordinados sempre quando necessário, em função de se sentirem obrigadas a seguir as regras; que os executivos implementem autoridade dos seus subordinados quando necessário, em virtude de sua posição ou de seu conhecimento.

Em suma no contexto angolano a teoria da aceitação da autoridade é encarada como não legitimo para a teoria desenvolvida porque encontramos instituições e o próprio estado a não legitimizar a teoria mas autoritarizar com seguintes adágios e expressões populista:

1. Ordem dada deve ser cumprida – adagio popular usada em angola para legitimizar as ordens emanada pelos superiores hierárquicos nas organizações.
2. A pátria com os seus filhos não imploram ordena – legado usado pelas ordens das forças armadas angolana para legitimizar as ordens pela qual é imposto naquela organização.
3. Segurança privada em organizações: plantam e cuidam do jardim da casa do boss (Superior Hierárquico), lavam carros entre outras actividades.

E que não legitima, as ordens dadas nas organizações angola com a teoria desenvolvida.

Reconhecemos com toda humildade que todo trabalho científico não é uma obra acabada. Todas as falhas e outros aspetos não benéficos constatados no presente trabalho, vossas críticas e sugestões serão bem-vindas para o nosso engrandecimento científico.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KOCHE, J. C. **Teoria da autoridade na perspectiva de Bernard**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MARCONDES, J. S. **Definição da Teoria da Aceitação da Autoridade de Chester Barnard**. São Paulo: IBRASEP, 2021.

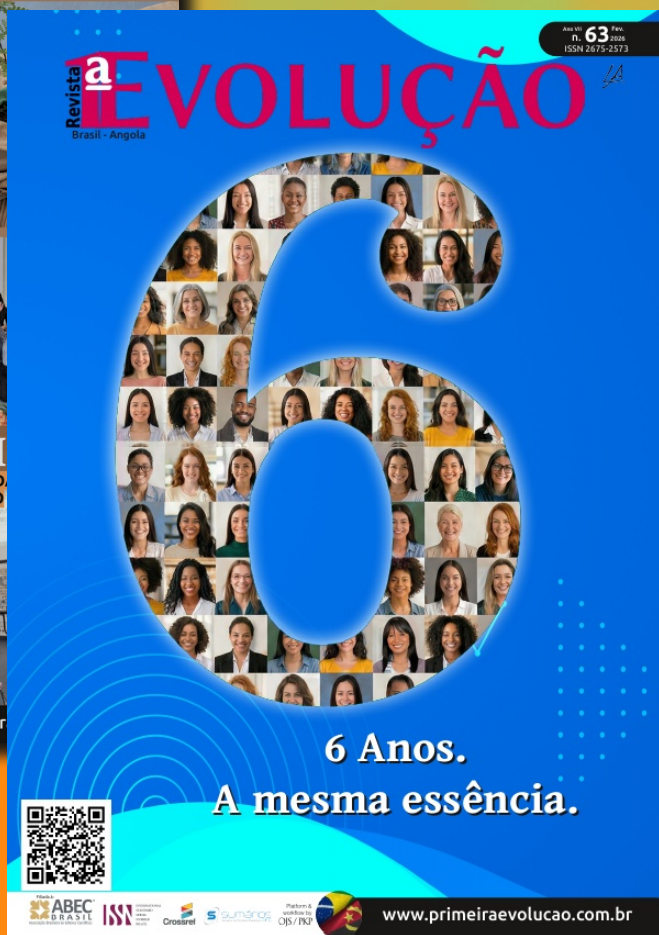
MARCONDES, J. S. **Definição da teoria da aceitação da autoridade de Chester Bernard**. São Paulo: IBRASEP, 2021.

MARCOS, J. C. **Definição da teoria da aceitação da autoridade de Chester Bernard**. São paulo: IBRASEP, 2021.

MONTEIRO, É. P. **Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) e Estigma**: Revisão narrativa. Rio de Janeiro: Revista Bras, 2015.

SAMPIERI, M. **O processo de pesquisa os enfoques quantitativas e qualitativa**: rumo a um modelo integral. São Paulo, 2011.

VICENTE, J. N. Breve Introdução à questão da Autoridade em Arendt. Brasil: **Revista de Filosofia**, 2015.



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.63>



COORDENAÇÃO:
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Esp. Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

- Adriana Pereira Santos da Silva
- Adriana Silva de Santana Barros
- Amanda Zuza dos Anjos
- Bianca de Assis Pirahy
- Calunda dos S. Jorge / Júnior Zacarias M.Paca
- Capuma E. Eduardo / Wilson V. Gomes Anilba
- Cícera da Silva Ramos
- Cláudia Reolo da Silva Ferreira
- Denise Teixeira Santos Menezes
- Edson da Conceição Graça
- Elizabeth Aparecida Feitosa Lima
- Flávia de Fatima Seraphim Ribeiro
- Joice de Andrade Silva
- José Manuel dos Santos
- Leandro de Almeida Oliveira
- Lilian Silvana Minho Zanetta
- Luciane de Jesus Mineiro de Lima
- Lucoque Bernardo
- Manuel Paulo Chamorro
- Marcelo Cunha
- Marli Aparecida Rosa
- Maria de Lourdes Ferreira da Silva
- Orlaneide Ferreira Santos Diamante
- Paula Dulcídio Rosseto
- Renata da Costa Braz
- Simone Gomes de Macêdo Miranda Ferreira
- Ucaca Venâncio Antônio

Indexadores:



Filiada à:



Parceiros:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres

